



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CIFORM ESPECIAL
Identificação: GRANDES REPORTAGENS
Data: 17/12/2012

Com apoio de verbas, hospital volta a funcionar

A relação escusa de políticos e entidades assistencialistas prejudica entidades corretas, impede a realização de serviços sociais urgentes e obstrui os caminhos daquelas instituições que necessitam de verbas. Uma dessas ONGs, que precisam de dinheiro para funcionar, é a Associação de Caridade de Lagarto. A instituição é mantenedora do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de média complexidade.

Equipes de Jornalismo estiveram no local por duas vezes e pôde constatar que a situação daquela entidade de saúde é calamitosa. Sujeira e precariedade são visíveis nas diversas instalações. Na primeira visita da equipe ao local, a presidente da ONG, Lívia de Almeida, não soube explicar direito de onde vinham as verbas para manter a entidade. Disse que os contratos eram apenas municipais, negou a existência dos repasses feitos pela Assembleia Legislativa. Talvez por medo ou preocupação com o hospital, que estava fechado há meses.

Em uma segunda conversa, Lívia admitiu prontamente o recebimento de convênios do Legislativo. Mas argumentou que, para revelar os valores, com exatidão, precisaria consultar o setor financeiro da entidade. Segundo os documentos do TCE/SE, o valor real do repasse, feito em 6 de março de 2012, é de R\$ 542 mil. A entidade arrecadou, até hoje, o montante de R\$ 2,114 milhões no campo das verbas de subvenções.

O dinheiro, segundo Lívia, ainda é pouco. "O hospital já foi de alta complexidade. Realizávamos até cirurgias. Mas, hoje, não fazemos esses procedimentos", diz. Lívia acrescentou, ainda, que desconhece quem são os deputados que auxiliam a associação que ela preside.

"Quando o deputado é federal, nós sabemos quem é que fez os repasses, porque os ofícios são

encaminhados para a nossa instituição. Mas quando as verbas de subvenção vêm da Assembleia Legislativa, não temos acesso ao nome dos parlamentares, pois não há envio de nenhuma documentação oficial", explicou.

Ao ser questionada novamente a respeito do nome dos parlamentares, Lívia admitiu que, caso queira, pode consultar os nomes desses tais deputados que indicam a entidade dela. Mas os problemas não param por aí. E um dos últimos, enfrentados pela instituição, é a escassez de atendimento e funcionários, pelo não pagamento de salários.

Os profissionais fizeram greve este ano por meses consecutivos. Na época, o ex-deputado federal Sérgio Reis relatou à imprensa que foi preciso fazer um acordo junto ao Ministério Público, para que a Prefeitura de Lagarto efetuasse o pagamento dos salários dos meses de maio e junho. O prefeito Valmir Monteiro argumentou ter repassado o equivalente a R\$ 214 mil. Mas reclamou contra a ausência da certidão da Vigilância Sanitária Estadual à associação.

Em 22 de novembro de 2012, o Ministério Público condenou a Associação a vender e a hipotecar todos os bens dela própria, com a finalidade de pagar os salários atrasados. A Justiça do Trabalho de Lagarto julgou procedentes os pedidos do MPT e condenou a entidade a pagar os funcionários por danos moral e coletivo e por fraude trabalhista.

Com a sentença judicial, os bens imóveis da Associação de Caridade de Lagarto garantirão o pagamento dos créditos dos ex-empregados do hospital, que já tinham entrado com ações na Vara do Trabalho de Lagarto e que estavam sem garantia de pagamento. A ação civil pública de nº 0000524-55.2012.5.20.0014 pode ser consultada por meio do site do Tribunal Regional do Trabalho.